APRH

40 ANOS A PROMOVER OS RECURSOS HÍDRICOS

BOLETIM INFORMATIVO Nº 158

junho 2017

EDITORIAL

Editorial 1

Notícias sobre Recursos Hídricos ... 2

Notícias da APRH 6

Próximos eventos 10

Publicações 11

Legislação 12

Caros Associados e amigos da APRH

A APRH comemora no próximo mês de agosto o seu 40º aniversário!

Durante os últimos 40 anos os Associados fizeram crescer este fórum de discussão de profissionais de diversas formações e setores de atividade com intervenção no domínio dos recursos hídricos sempre aberto à sociedade civil em geral. Contudo, foi a visão e iniciativa dos fundadores, em 1977, que inspirou o empenho dos órgãos sociais que lhes sucederam na exemplar tarefa de agregar os Associados para, em conjunto, construírem o papel prestigiado e decisivo que a Associação tem vindo a desempenhar na modernização das políticas e das abordagens institucionais relacionadas com a água.

A APRH quer continuar a exercer uma função determinante na sociedade sempre em mudança, por isso, precisa de novos Associados, jovens cientes de que a abordagem dos recursos hídricos é interdisciplinar, requer a integração de várias áreas científicas, enfrenta novos problemas, como as alterações climáticas, e tem numerosos desafios, de planeamento, de gestão e de comportamento social. Tal como destacado no último BI, a APRH tem criado incentivos à vinculação de jovens estudantes e está aberta aos interesses e contributos destes jovens.

Na sequência de demonstração de interesse manifestado em inquérito aos Associados, foi enviado outro inquérito (via e-mail) para acolher novas colaborações no âmbito das Comissões Especializadas da APRH. Queremos a vossa participação!

Agora é época de férias para a maioria dos Associados mas, regressados à atividade, com energia recuperada, iremos comemorar os 40 anos da APRH com iniciativas que estão desde já a ser planeadas para setembro/outubro. Uma vez que a edição do próximo BI está prevista para início de outubro, fiquem atentos às novidades sobre as comemorações no website da APRH.

Por último, a APRH manifesta pesar e solidariedade para com as vítimas dos trágicos incêndios que assolaram a região centro este mês de junho.

Filipa Oliveira

FICHA TÉCNICA

Edição e propriedade: APRH, Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos.
Website: http://www.aprh.pt.
Endereço: APRH, a/c LNEC, Avenida do Brasil, 101, 1700-066 Lisboa. Telefone: 21 844 34 28. Endereço eletrónico: aprh@aprh.pt.

Diretora: Filipa S. de B. de F. Oliveira.

Edição eletrónica: http://www.aprh.pt/bi

NOTÍCIAS SOBRE RECURSOS HÍDRICOS

85,1 por cento das praias portuguesas com água de excelente qualidade

A Agência Europeia do Ambiente divulgou o relatório sobre a qualidade das águas balneares europeias em 2016. Foram analisados 21667 locais.

85,1 por cento das praias portuguesas (493 das 579 praias analisadas) apresentam água de qualidade excelente. 56 praias têm água de boa qualidade, 13 têm água de qualidade suficiente e 4 de qualidade pobre. Em 13 das praias não foi possível fazer a avaliação.

No relatório publicado pela European Environment Agency (https://www.eea.europa.eu/themes/water/status-and-monitoring/state-of-bathing-water/country-reports-2016-bathing-season/portugal-2016-bathing-water-report/view) pode consultar a distribuição geográfica das praias analisadas.

Alguns dados sobre o panorama europeu

- Em 2016, foi possível obter dados acerca da qualidade da água de mais de 21 mil praias costeiras e fluviais;
- A grande maioria apresenta água com boa qualidade, à semelhança do que vem acontecendo nos últimos anos;
- 96,3 por cento das praias respeita os requisitos da diretiva europeia das águas balneares;
- A percentagem de águas balneares classificadas como excelentes aumentou de 78,1 por cento em 2011 para 85,5 por cento em 2016;
- O número de praias classificadas como tendo água de qualidade "pobre" diminuiu de 383 em 2015 para 316 em 2016. Ainda assim, 72 praias viram a sua classificação mudar para "pobre". Estes locais terão de estar encerrados na próxima época balnear e empreender medidas para eliminar os riscos para a saúde dos banhistas;
- Os países com maiores taxas de praias com qualidade "pobre" são a Irlanda, com 6 praias nesta categoria (4 por cento), o Reino Unido, com 20 (3 por cento) e a Eslováquia com 1 (3 por cento).

Recomendações

Apesar da existência de sistemas melhorados de tratamento de águas residuais, ainda há praias cuja qualidade da água não cumpre os requisitos mínimos exigidos pelos standards europeus. Nestes casos, é imperativo aferir as fontes de poluição. A Agência Europeia do Ambiente alerta que, nos locais onde os motivos para esta classificação não são conhecidos em detalhe, pode ser necessário proceder a estudos especiais. Nos restantes casos, as medidas a tomar passam por:

- Implementar a Diretiva de Tratamento das Águas Urbanas Residuais. Em alguns casos, a melhoria dos sistemas de tratamento de águas residuais pode ser necessária;
- As águas afetadas por esgotos provenientes da agricultura podem obrigar à realização de inventários detalhados para encontrar a fonte de poluição;
- Nos casos de praias com muita afluência de cães ou pássaros, pode ser necessário mudar a localização da zona balnear;
- As praias afetadas por eventos climáticos severos podem também precisar de sistemas de alerta que avisem os banhistas para não entrar na água após a ocorrência destes eventos.

Mais informação:

https://www.eea.europa.eu/themes/water/status-and-monitoring/state-of-bathing-water/state

(fonte: http://www.industriaeambiente.pt/)

O Presidente da República promulgou diploma que estabelece principio da não privatização da água

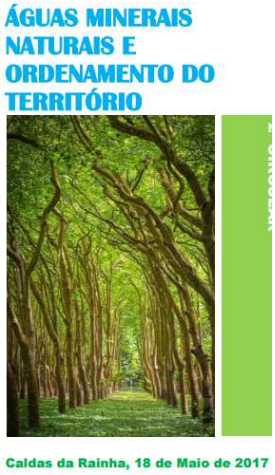
O Presidente da República promulgou um diploma da Assembleia da República que estabelece o princípio da não privatização do setor da água, procedendo assim à quinta alteração à Lei da Água, aprovada em dezembro de 2005.

O anúncio da promulgação foi publicado na página oficial da Presidência da República na Internet.

Segundo a nota, o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa promulgou, "embora este diploma corresponda a uma posição doutrinária muito restritiva para o setor, traduzindo o entendimento da atual maioria parlamentar, e, sobretudo, não impossibilitando a suscetibilidade de concessão a privados, tal como existiu e existe em numerosas situações há longos anos, e está previsto na Lei de Delimitação de Setores em vigor desde 1997".

Fonte: (Diário de Notícias)

Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos quer mais diálogo na tutela das águas



A Associação Portuguesa de Recursos Hídricos defendeu um maior diálogo entre os ministérios da Economia e do Ambiente visando a sistematização da gestão das águas minerais, tema das Jornadas que se realizaram no passado dia 18 de maio.

"A gestão conjunta destes dois recursos (águas minerais naturais e as águas normais) nem sempre é pacífica", disse à Lusa José Martins Carvalho, da Comissão Especializada de Águas Subterrâneas da Associação Portuguesa de Recursos Hídricos (APRH), defendendo "um maior diálogo e sistematização de procedimentos" entre os dois ministérios que tutelam as águas.

As águas minerais naturais são tuteladas, em Portugal, pelo Ministério da Economia. Por seu lado, a água enquanto recurso hídrico, incluindo a água para abastecimento público, é tutelada pelo Ministério do Ambiente.

Em muitos locais, "as nascentes de águas minerais naturais estão situadas a curta distância dos cursos de água normais e a definição dos perímetros de proteção tem que ter em conta essa circunstância, o que por vezes resulta em limitações no ordenamento do território", sublinhou Martins Carvalho.

Daí a "necessidade de um diálogo mais próximo e sistematizado entre os dois ministérios, os técnicos, e outros atores, como os concessionários (de termas e industrias de engarrafamento) para uniformizar a aplicação da lei", vincou o mesmo responsável.

Uma preocupação que foi discutida nas Caldas da Rainha, durante as jornadas "Águas Minerais Naturais e Ordenamento do Território", organizadas pela APRH, com o apoio da Associação Portuguesa de Geólogos, do Grupo Português da Associação Internacional de Hidrogeólogos (AIH-GP) e o patrocínio da Federação Europeia de Geólogos.

Trata-se, segundo Martins Carvalho, do "primeiro encontro de âmbito nacional" promovido pela associação visando "juntar os atores a discutir metodologias de gestão e desenvolvimento das águas minerais naturais na ótica do desenvolvimento sustentado dos recursos hídricos e dos recursos geológicos".

O encontro pretendeu ainda dinamizar "a comunicação interdisciplinar entre os agentes do mercado dos recursos hidrominerais e geotérmicos, dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos e da gestão do território", acrescentou.

Fonte: (Diário de Notícias)

Programa já aprovou intervenções para 50 km de costa, mas execução é baixa – ministro do Ambiente

O programa para o Ambiente já atingiu o objetivo de aprovar intervenções para 50 quilómetros de costa, mas está a faltar aos promotores capacidade para executar os projetos, afirmou hoje o ministro da tutela.

O único objetivo já cumprido para todo o POSEUR (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos), que é interferir em 50 quilómetros de costa, "já foi atingido no que respeita a aprovações", disse João Matos Fernandes.

Para o ministro do Ambiente, "o que está a faltar é alguma capacidade de executar" e reconheceu que gostaria que se estivesse "mais à frente na execução".

No entanto, o ministro está otimista e acredita que "este ano muitas coisas vão acontecer".

O responsável pelo Ambiente falava a jornalistas à margem do seminário "A Zona Costeira de Portugal. Como a podemos defendeu?", organizado pela Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos.

João Matos Fernandes realçou que, em julho, vão começar nove obras "com expressão" no litoral norte e será lançado o concurso para uma parcela do projeto de desassoreamento da Ria de Aveiro, com colocação de dragados na defesa da costa.

"Acredito que, entre o final deste ano e o próximo ano, vamos ter uma fatia muito expressiva de execução de obras do litoral com valores aprovados de cerca de 70 milhões de euros, aproximadamente metade daquilo que o POSEUR tem para o seu período de vigência", resumiu o governante.

O POSEUR tem 150 milhões de euros dedicados a intervenções no litoral e está com um ritmo de aprovação de candidaturas que "é o mais significativo no programa", segundo o ministro.

Entre os exemplos de "empreitadas de grande relevância" apontou a Lagoa de Paramos/Barrinha de Esmoriz, a Lagoa de Óbidos, assim como um conjunto de recuperações dunares do norte e centro e intervenções na região de Lisboa e Vale do Tejo.

João Matos Fernandes reconheceu estar preocupado com o facto de as alterações climáticas "serem muito notórias no litoral português e a subida do nível médio das águas do mar ser um facto inquestionável".

O litoral português é dos territórios que serão mais afetados em toda a Europa com a subida do nível do mar e a mudança no regime das ondas e das correntes marítimas, com tempestades mais frequentes e mais violentas, agravando a erosão.

Por isso, é indispensável reduzir a pressão da utilização do litoral para garantir que será perdido o menor espaço de território possível.

Segundo números referidos pelo vice-presidente da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), António Sequeira Ribeiro, no seminário, Portugal tem 1.853 quilómetros quadrados (km^2) de zona costeira (987 no continente), 75% da população vive no litoral e, em 2014, cerca de 80% da riqueza nacional era gerada na área perto do mar.

Para responder à necessidade de conhecer o litoral, de modo a poder definir estratégias e medidas adequadas a enfrentar a erosão, foi definido o programa de monitorização da faixa costeira de Portugal continental - COSMO que se foca nos riscos, como o galgamento costeiro, a instabilidade das arribas, desmoronamentos ou recuo da linha de costa.

(fonte: Diário de Notícias/Agência Lusa)

IRRIGANTS D'EUROPE – Nova Associação Europeia da agricultura de regadio foi apresentada dia 14/junho em Santarém

Portugal recebeu a cerimónia da assinatura de constituição da IRRIGANTS d'EUROPE, a primeira associação na Europa que oficialmente tem como objetivo defender o setor da agricultura de regadio. Mais de 7,7 milhões de hectares de regadio vão estar reunidos na criação daquela que será a IRRIGANTS d'EUROPE, associação que visa a defesa e o desenvolvimento do Regadio Europeu.

As maiores Associações Gestoras de Água para Agricultura uniram-se para um melhor diálogo com as instituições europeias. Os fundadores são associações de âmbito nacional, encarregues da gestão da água nos Estados-Membros onde o regadio é mais expressivo, nomeadamente:

- ANBI - Associazione Nazionale Consorzi di Gestione e Tutela del Territorio e Acque Irriga (Itália)
- FENACORE - Federación Nacional de las Comunidades de Regantes de España (Espanha)
- Irrigants d'France (França)
- FENAREG - Federação Nacional de Regantes de Portugal (Portugal).

No contexto do regadio europeu, importa assegurar uma estratégia conjunta orientada para o aumento de regadio e das suas comunidades, que permita uma evolução da atividade, assente na gestão sustentável e na promoção e na competitividade do setor – este é o foco a médio e longo prazo dos envolvidos na IRRIGANTS d'EUROPE.
Na sua constituição, a IRRIGANTS D'EUROPE reúne 75% da área de regadio na Europa (7,7 em 10,2 milhões de hectares de regadio), cuja maior parte é gerida pelas organizações de beneficiários associados.

Portugal teve a honra de receber o passo inaugural da IRRIGANTS D'EUROPE, uma iniciativa integrada na Feira Nacional de Agricultura, em Santarém, dia 14 de Junho de 2017, na sala da Administração do CNEMA.

Na cerimónia de constituição foi apresentada e entregue a "Declaração de Santarém" ao Sr. Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Dr. Luís Capoulas Santos, na presença do Eng. Eduardo Oliveira e Sousa, Presidente da CAP e anfitrião da iniciativa. De acordo com a FAO (Organização da ONU para a Agricultura e Alimentação), a agricultura de regadio representa apenas cerca de 20% da terra cultivada a nível mundial, mas contribui para 40% da produção agrícola mundial. Sem o aumento da produtividade agrícola que o regadio permite, seriam necessários pelo menos mais 500 milhões de hectares para produzir a mesma quantidade de alimentos.

(fonte: site da Agroportal)

Encontro com a ciência e tecnologia em Portugal

O Evento Ciência 2017 é mais uma edição do encontro anual dos investigadores portugueses.

Faz, respetivamente, 20 e 50 anos que a FCT e a JNICT foram criadas. Destina-se a promover o debate alargado dos principais temas e desafios da agenda científica, juntando investigadores, outros sectores e a atores da sociedade em geral.

O programa está estruturado em torno de 14 Agendas Temáticas estratégicas, da Iniciativa Nacional Competências Digitais 2030, temas complementares e outros programas estruturantes. Foi construído com base numa solicitação a todas as unidades de investigação e Laboratórios de Estado de propostas livres bottom-up que foram depois organizadas nas Agendas Temáticas e na Iniciativa referidas. Estão previstas sessões plenárias dedicadas a objetivos estratégicos, comunicações e debates em sessões paralelas, apresentação de posters de doutorandos e demonstrações.

Pela primeira vez há um País Convidado – a Índia. É com certeza um incentivo a uma reforçada cooperação entre os nossos países que têm fortes laços históricos.

O Ciência 2017 tem o apoio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e é organizado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia em colaboração com a Ciência Viva – Agência

Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica e a Comissão Parlamentar de Educação e Ciência.

(fonte: http://www.encontrociencia.pt/home/)

O que é que as alterações climáticas fizeram a Portugal?

Enquanto se discute sobre quem fica fora e dentro do Acordo de Paris, o mundo aquece, o Ártico derrete e a Antártida fica um bocadinho mais verde. Não são projeções ou especulações, são constatações que estão em relatórios de cientistas que continuam a medir os efeitos das alterações climáticas no planeta Terra. E Portugal? Há muitas coisas que já mudaram à nossa volta.

Já reparou que há sobreiros e azinheiras a morrer no Alentejo? Que as ondas de calor se tornaram mais frequentes? Que a floresta de Portugal está a diminuir, consumida pelos incêndios? Que a chuva já não cai como antes? Que os Invernos estão mais curtos? Que os mosquitos da febre de dengue encontraram condições para espalhar um surto na ilha da Madeira? Que, devagarinho, acontece uma subida do nível do mar? São apenas alguns dos efeitos das mudanças climáticas em Portugal.

A lista de fenómenos, mais ou menos visíveis, registados em Portugal que resultam das alterações climática é longa. Filipe Duarte Santos, especialista em alterações climáticas da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e presidente do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS), destaca a diminuição da precipitação, acompanhada de uma mudança do seu regime.

"A diminuição traduz-se, se fizermos uma média por década a partir de 1960, em 40 milímetros por década no Sul de Portugal. Ou seja, em 56 anos, estamos a falar de mais 200 milímetros, o que é muito significativo", especifica o físico, referindo-se a dados da Agência Europeia do Ambiente (EEA, na sigla em inglês). O problema, diz o especialista, não é exclusivo de Portugal e abarca toda a Península Ibérica onde, segundo os mesmos dados da EEA, a precipitação anual diminuiu até um máximo de 90 milímetros por década, desde 1960.

Infelizmente, este mau indicador parece manter a sua tendência. "Este ano é mais um exemplo disso. Estamos a ter uma precipitação reduzida, relativamente à média de há 60 ou 70 anos. Isto tem impactos muito significativos na agricultura e também no montado", avisa. Por outro lado, nota, também se percebe que o padrão da chuva mudou e que, quando realmente chove, chove muito e durante pouco tempo. O que, entre outros efeitos, significa muitas vezes cidades inundadas por cheias.

Nas cidades sentem-se as cheias mas não a falta da chuva que, aliás, (quando cai) incomoda muita gente. "As pessoas que vivem na cidade não notam a diminuição da precipitação, abrem a torneira e têm água e de qualidade. A chuva é uma chatice", reconhece Filipe Duarte Santos, que acrescenta que "é muito diferente quando se é um agricultor no interior do país". É preciso enfrentar este problema e planear uma resposta, sem esquecer que a solução tem de ser discutida com os nossos vizinhos espanhóis com quem partilhamos recursos importantes para nos adaptarmos a estes desafios, recomenda o físico.

"Por outro lado, temos as ondas de calor", continua Filipe Duarte Santos. Apesar de considerar que Portugal se tem adaptado bem a este fenómeno, com um programa de alerta dirigido à população, chamado Ícaro e que é da responsabilidade da Direcção-Geral da Saúde, o físico lembra que as ondas de calor são hoje mais frequentes. E há mais: "Também temos a questão dos fogos florestais. Com temperaturas mais altas e menor precipitação, o risco de incêndio florestal aumenta. Portugal é o único país do Sul da Europa em que a área florestal está a diminuir, por causa dos incêndios", assinala.

A privilegiada localização deste cantinho da Europa à beira-mar também tem desvantagens. "Há ainda a subida do nível do mar", acrescenta Filipe Duarte Santos, que confirma que as projeções mais extremas apontam para uma subida média de um metro em 2100.

(fonte: Jornal Público)

Porto Innovation Week Water

Durante oito dias, de 24 de setembro a 1 de outubro, a cidade do Porto vai transformar-se na capital europeia da água e inovação. Um conjunto de três grandes eventos promete reunir mais de 800 participantes, incluindo presidentes de entidades gestoras, líderes políticos, reguladores, representantes da indústria e agricultura, investigadores, empresas de tecnologia, startups, PME, financiadores e jovens profissionais.
Os líderes nacionais e internacionais de opinião e de ideias nas temáticas da água e inovação propõem-se discutir as principais respostas às questões colocada pela revolução em curso no sector. Sempre com o duplo objetivo de derrubar as barreiras à inovação e de criar oportunidades de negócio.

Estes três grandes eventos, apoiados pela APRH, são:

- EIP Water Conference 2017, "Water Innovation: Bridging Gaps, Creating Opportunities", 27 e 28 setembro 2017
- Mayors & Water Conference 2017, "Nova Agenda Urbana para a Água (2030)", 29 setembro 2017
- Water Innovation Lab Europe Porto 2017, "Moldar os novos líderes do sector da água", 24 a 29 setembro 2017

A Comissão Europeia, em conjunto com o Município do Porto, e com o apoio institucional do Governo de Portugal, irá

desenvolver também várias atividades destinadas a envolver os cidadãos, no âmbito da iniciativa "Water for People".

Mais informação em:
http://www.aguasdoporto.pt/assets/misc/PDF'S/PWIW_Save_the_Date.pdf

8º Fórum Mundial da Água

Vai realizar-se em Brasília, Brasil, em 18-23 de Março de 2018. Este evento, organizado pelo World Water Council, é o maior evento internacional dedicado à água.

Portugal conta já com uma tradição de participação ativa neste Fórum, pelo que esta oitava edição, a primeira num país de expressão portuguesa, é mais uma oportunidade para que Portugal se afirme como um dos países líderes no setor da água a nível mundial, pelas competências e experiência que detém.

É neste contexto que se enquadra o projeto lançado pelo Ministério do Ambiente e intitulado "Portugal Rumo a Brasília 2018", através do Despacho Ministerial 957/2017 publicado no Diário da República n.º 16/2017, Série II de 2017-01-23. A organização nacional é constituída por um Comissário de Portugal, uma Comissão Executiva e uma Comissão de Acompanhamento.

A Comissão Executiva iniciou as suas funções no passado mês de fevereiro, sendo composta pelo Comissário de Portugal, Engº Jaime Melo Baptista, e por representantes da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, da Agência Portuguesa do Ambiente e da Águas de Portugal internacional.

A Comissão de Acompanhamento, da qual a APRH faz parte, é composta pelos membros da Comissão Executiva, e por outras entidades da administração pública com responsabilidades relevantes no setor da água, peritos, associações de profissionais e científicas, universidades.

(fonte: http://www.worldwaterforum8.org/)

Prof. Doutor António Betâmio de Almeida recebeu o Prémio "Dedicação à RISCOS"

CERTIFICADO
Prémio: Dedicação à **RISCOS**
"Ciência 2016"

Por deliberação da Direção da Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança, tomada em reunião ordinária, realizada na sede da Associação no dia 22 de fevereiro de dois mil e dezassete, o Prémio "Dedicação à RISCOS" relativo ao ano de 2016, na sua componente "Ciência", foi atribuído, por unanimidade, ao

Exmo. Senhor Prof. Doutor

António Patrício de Sousa Betâmio de Almeida

Associado n.º 106

tendo em consideração o relevante contributo científico que, em 2016, emprestou a diversas atividades promovidas pela Associação **RISCOS**.
Este prémio foi solenemente entregue pelo Senhor Diretor da Faculdade de Letras, Prof. Doutor José Pedro Paiva, durante a Sessão de Abertura do IV Congresso Internacional de Riscos, que decorreu no Teatro Paulo Quintela daquela Faculdade.

Coimbra, 23 de maio de 2017
Presidente da Direção

No âmbito da Sessão de Abertura do IV Congresso Internacional de Riscos, "Riscos e Educação", decorrido em 23-26/maio/2017, no Teatro Paulo Quintela da na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, foi atribuído por unanimidade o Prémio "Dedicação à RISCOS" relativo ao ano de 2016, na sua componente "Ciência" ao Pro. Doutor António Patrício de Sousa Betâmio de Almeida.

NOTÍCIAS DA APRH

MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Divulgação entre os associados

Apela-se à utilização do endereço de e-mail, aprh@fe.up.pt, através do qual qualquer associado pode enviar informação útil aos restantes. Reitera-se que o objetivo é facilitar a troca de informação útil entre os Associados da APRH e que, por isso, este meio pode ser utilizado como veículo de divulgação de notícias ou outros assuntos no âmbito dos Recursos Hídricos que qualquer Associado considere com interesse.

NOVOS ASSOCIADOS

MEMBROS SINGULARES

1828 – José António Galvoeira Rocho

CONSELHO GERAL

Decorreu no passado dia 21 de junho a 83.ª reunião do Conselho Geral com a seguinte ordem de trabalhos:

- Leitura e deliberação sobre a ata do Conselho Geral anterior.
- Informações gerais, incluindo plano de atividades dos NR e CE.
- Aprovação da proposta de orçamento para 2017.
- Decisão sobre a manutenção do Núcleo Regional dos Açores.
- Proposta de novo tipo de Associado Estudante.
- Comemoração dos 40 anos.
- Outros assuntos.

INQUÉRITO

Na sequência das 101 respostas recebidas ao inquérito realizado pela APRH com vista averiguar sobre as expetativas e a opinião de associados e não associados relativamente a aspetos da atividade da Associação e atendendo ao interesse de muitos associados em se associarem à atividade das Comissões Especializadas, foi efetuado novo inquérito dirigido especificamente a auscultar os associados sobre a sua participação nas Comissões.

AGENDA

maio	
Dia 8	Participação da APRH (Engª Filipa Oliveira) na reunião da Comissão de Acompanhamento do projeto "Portugal Rumo a Brasília 2018"
10	Participação da APRH (Prof. Francisco Taveira Pinto) em reunião da PPA
16	Participação da APRH (Engª Filipa Oliveira) na 4ª Reunião do Conselho Estratégico da PPA
17	Participação da APRH (Engª Alexandra Brito) na sessão de apresentação do Centro Internacional de Excelência da Água e Saneamento
18	Jornadas da APRH - Águas minerais naturais e ordenamento do território
24	Reunião da Comissão Diretiva (CD)
junho	
Dia 7	Seminário Internacional "A Zona Costeira de Portugal. Como a podemos defender?", organizado pela APRH
21	Reunião da CD
21	Reunião do Conselho Geral (CG)

EVENTOS REALIZADOS

Jornadas da APRH - Águas minerais naturais e ordenamento do território

Caldas da Rainha, 18 de maio de 2017

A Comissão Especializada de Águas Subterrâneas organizou, em 18 de Maio de 2017, no Centro Cultural e de Congressos de Caldas da Rainha, as Jornadas de Águas Minerais Naturais e Ordenamento do Território.

Para a organização deste evento, a Comissão Especializada de Águas Subterrâneas da APRH agregou a Associação Portuguesa de Geólogos, o Grupo Português da Associação Internacional de Hidrogeólogos (AIH-GP) e a Câmara Municipal das Caldas da Rainha. As Jornadas tiveram, também o patrocínio da Associação Internacional dos Hidrogeólogos e da Federação Europeia de Geólogos.

Estas Jornadas inseriram-se na Semana de Termalismo das Caldas da Rainha que albergou a reunião anual da *European Historic Thermal Towns Association* e o X Congresso Nacional da Sociedade Portuguesa de Hidrologia Médica.

Pretendia-se suscitar a discussão pública em torno da temática das metodologias de gestão e de desenvolvimento das águas minerais naturais na óptica do uso sustentado dos recursos hídricos.

Recorde-se que as águas minerais naturais são recursos naturais que correspondem geralmente a águas com circuitos hidrogeológicos longos e lentos, inseridas no ciclo da água. Administrativamente, no caso Português, não são recursos hídricos, mas sim recursos geológicos, não sendo geridos pelo Ministério do Ambiente, mas sim pelo Ministério da Economia. Esta dicotomia, dentro do que pode designar-se por unidade do ciclo hidrológico deve ser adequadamente gerida a fim de que não surjam dificuldades no uso do solo e subsolo, distorções e conflitos.

O programa incluiu 12 conferências convidadas, um pequeno debate e uma visita às captações da Concessão Hidromineral das Caldas da Rainha e ao respetivo Perímetro de Proteção.

Participaram conferencistas da Direção Geral de Energia e Geologia, que tutela os recursos hidrominerais, e da Administração Regional Lisboa e Vale do Tejo, dedicada aos Recursos Hídricos. O sector empresarial esteve representado por conferencistas representantes da Associação das Termas de Portugal (ATP), da Associação Portuguesa dos Industriais de Águas Minerais (APIAM) e ainda administradores e técnicos de concessionários de águas minerais e empresas de sondagens.

Alguns conferencistas ligados à investigação e ao ensino superior, do Instituto Geologico y Minero de España (IGME) e do INOVA - Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores, mostraram também como está bem ativa a investigação em torno dos recursos hídricos e das águas minerais naturais. O representante do Geoparque da Naturtejo realçou a grande importância geocultural dos recursos hidrominerais.

As jornadas suscitaram vivo interesse entre os participantes ao dinamizar a comunicação interdisciplinar entre os agentes da investigação pura e aplicada, do mercado dos recursos hidrominerais e geotérmicos, dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos e da gestão do território.

A breve visita às captações do Campo Hidromineral das Caldas da Rainha e ao perímetro de proteção (zona imediata e intermédia) serviu para evidenciar os problemas associados à manutenção da qualidade e da quantidade de águas minerais com a zona de descarga situada em meio urbano.

Foram formalizadas 40 inscrições, mas a assistência foi superior já que foi facultada entrada livre aos munícipes das Caldas da Rainha.

As jornadas contaram com o apoio e patrocínio da Câmara Municipal das Caldas da Rainha, da TARH - Terra Ambiente e Recursos Hídricos, Lda.

Seminário "A Zona Costeira de Portugal: Como a podemos defender?"

Lisboa, 7 de junho de 2017

Decorreu no Auditório da Fundação Cidade de Lisboa, Campo Grande, Lisboa, o Seminário Internacional "A Zona Costeira de Portugal. Como a podemos defender?", organizado pela APRH.

A **Sessão de Abertura** contou com a presença do Ministro do Ambiente, Engº Matos Fernandes, do Vice-Presidente da APA, Prof. António Sequeira Ribeiro, do Bastonário da Ordem dos Engenheiros, Engº Carlos Mineiro Aires, e do Presidente da APRH, Prof. Francisco Taveira Pinto.

Sessão 1: "Monitorização e Riscos". Moderador: Engº Pedro Bettencourt, NEMUS.

As apresentações focaram diferentes aspetos das situações de risco e dos programas de monitorização das zonas costeiras de Portugal, Espanha e França. A sessão teve ainda um especial ênfase nos desafios que representam as alterações climáticas e as necessárias adaptações, quer ao nível dos habitats naturais quer das cidades costeiras e infraestruturas associadas.

A sessão teve início com a comunicação da Agência Portuguesa de Ambiente (Dr Celso Pinto) , tendo sido apresentada uma síntese da evolução recente nos diferentes sectores da costa portuguesa (costa oeste e costa sul, litorais arenosos; litorais rochosos). Seguidamente foram apresentados os objetivos e o faseamento dos novos programas de monitorização litoral: COMEC e COMEX.

A apresentação da Engª Cristina Izaguirre da Universidade de Cantábria (Instituto de Hidráulica Ambiental) , Espanha, fez uma síntese do sistema de planeamento das zonas costeiras em vigor em Espanha e dos programas de monitorização da evolução costeira. Foram apresentadas as principais ações em curso de gestão integrada das faixas litorais, e seus objetivos no contexto mais vasto da adaptação às alterações climáticas.

A terceira apresentação, dos Doutores José Paulo Pinto e Jorge Silva do Instituto Hidrográfico da Marinha, resumiu as atividades do IH relacionadas com a monitorização da evolução de alguns segmentos da faixa costeira, dando um especial ênfase na caracterização dos mecanismos forçadores (agitação marítima, mares, correntes litorais), na quantificação do transporte de sedimentos, e na compreensão das causas da evolução da praia emersa e praia submarina.

Na quarta apresentação a Engª Amélie Roche, do CEREMA de França, fez uma panorâmica geral da evolução recente da costa francesa, tendo seguidamente referido os programas de monitorização e de prevenção e mitigação dos riscos associados à erosão e galgamentos oceânicos.

No debate que se seguiu foi sublinhada a importância da monitorização continuada da evolução costeira, sendo fundamental conhecer os mecanismos de adaptação de cada local num contexto geral, à escala europeia, de erosão e de recuo, quer das praias e dos cordões arenosos, quer das costas rochosas.

Deste modo os programas anunciados geraram grande expectativa, sendo estes dados muito valiosos para uma melhor compreensão dos processos de evolução, e para a definição de medidas preventivas dos riscos e de adaptação às alterações climáticas.

Sessão 2: "Governação da Zona Costeira e Previsão". Moderadora: Doutora Filipa Oliveira, LNEC/APRH.

Margarida Almodôvar, APA

A Arqt. Margarida Almodôvar, da APA, oradora da apresentação intitulada "O Modelo de Governação para a Zona Costeira, os Desafios de Integração e do Crescimento Azul", destacou que devido à intensa atividade antrópica, que tem efeito à escala global, a União Europeia irá fixar metas internacionais relativamente à percentagem de áreas protegidas, redução do lixo marinho, investigação na área marinha e pesca sustentável, com vista a uma governação dos oceanos mais sustentável e eficaz. Em Portugal, as cinco áreas de investimento em que se baseia o modelo de governação são o turismo costeiro e marítimo, as pescas, a aquacultura, a construção e reparação naval e o transporte. Este modelo de governação nacional tem enquadramento estratégico, regulamentar, de planeamento e operacionais. A gestão integrada da zona costeira deve dispor de um conjunto de medidas que contribuem para a adaptação às alterações climáticas. Foram salientados i) os três níveis de intervenção na gestão integrada da zona costeira nacional (APA, de âmbito nacional; ARH, de âmbito regional; e Entidades Intermunicipais e Municípios, de âmbito local) e ii) os instrumentos de âmbito estratégico e operacional para a gestão da zona costeira, que são a ENGIZC e o Plano de Ação para o Litoral. Relativamente ao último a oradora também descreveu as quatro fases do ciclo de planeamento para a sua implementação.

Juan Viveri, U. Sevilha, Espanha

O Prof. Juan Viveri, da Universidade de Sevilha, Espanha, orador da apresentação intitulada "La Planificatión Costero-Marina en España: entre la Descentralización y los retos de la integración Europea", destacou o fracasso da gestão costeira como ação integrada e apontou como causas: a grande diversidade de instrumentos parciais de gestão, a fragmentação institucional, a supremacia dos valores económicos relativamente aos ambientais, a ausência de medidas/visão de longo prazo, a falta de apoio social e a inconsistência e divergência entre políticas económicas e sociais. Destacou ainda que, no caso espanhol, o conceito de economia azul associado à economia marítima assenta apenas em ambições regionais, ligadas aos setores tradicionais do turismo e da pesca, e que deveria assentar também noutras políticas nacionais, como energias renováveis.

Juana Fortes, Anabela Oliveira, LNEC

As Doutoras Juana Fortes e Anabela Oliveira, do LNEC, oradoras da apresentação intitulada "Sistema de previsão e alerta de situações de emergência em zonas costeiras e portuárias",

começaram por apresentar a importância de sistemas de previsão e alerta num contexto geral. Seguidamente apresentaram os sistemas WIFF e HIDRALERTA do LNEC. Identificaram as limitações dos sistemas e descreveram a metodologia em que os mesmos se baseiam. O primeiro trata-se de uma plataforma de previsão e alerta em tempo real para zonas costeiras, é aplicável em qualquer zona Portuguesa, para qualquer evento, integra todos os processos relevantes através de modelação acoplada ondas-correntes-qualidade de água (ligação afluências fluviais e das cidades) e previsões e alertas automáticos. O segundo trata-se de um sistema de previsão, alerta e avaliação do risco associado ao galgamento, inundação e navegação em zonas portuárias e costeiras. Foram apresentados os sistemas na generalidade assim como exemplos de aplicação para ilustração do potencial de cada um.

Sessão 3: "Principais problemas, Modelos e Planos de Ordenamento e Intervenções na Zona Costeira das Regiões Hidrográficas - Mesa Redonda". Moderador: Prof. Francisco Taveira Pinto, FEUP/APRH.

A sessão contou com as apresentações dos oradores: Drª Inês Andrade, APA - ARH Norte; Engº Nelson Silva, Chefe de Divisão dos Recursos Hídricos do Litoral - ARH Centro; Drª Maria Reis Gomes, Administração da região Hidrográfica do Tejo e Oeste; Drª Isabel Pinheiro, Chefe da Divisão dos Recursos Hídricos do Litoral – ARH Alentejo; e Dr. Sebastião Braz Teixeira, Diretor Regional da APA – ARH Algarve.

A **Sessão de Encerramento** contou com a presença da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, Drª Célia Ramos, e do Presidente da APRH, Prof. Francisco Taveira Pinto.

PRÓXIMOS EVENTOS

13.º SILUSBA

Porto, 13 a 15 de setembro de 2017
FEUP

Simpósio de Hidráulica e Recursos Hídricos dos Países de Língua Portuguesa
13 Silusba
Porto, Setembro de 2017

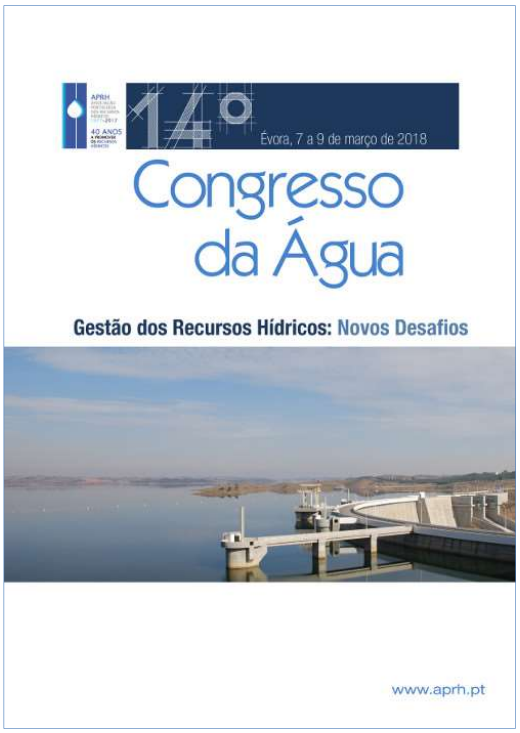
Mais informações em:
http://www.aprh.pt/13silusba/

Comemoração dos 40 anos da APRH

APRH
40 ANOS A PROMOVER OS RECURSOS HÍDRICOS

14.º Congresso da Água

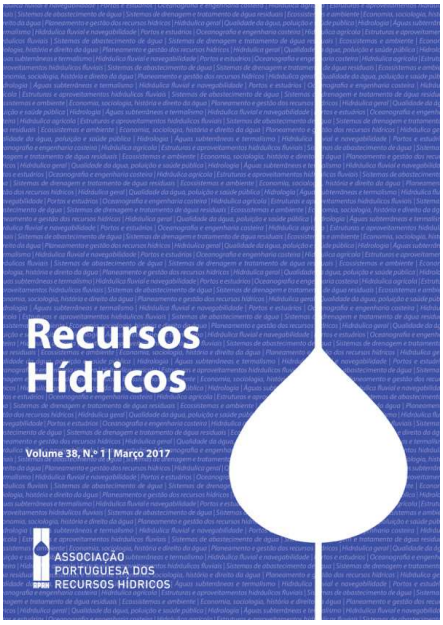
Évora, Évora Hotel, 7 a 9 de março de 2018



PUBLICAÇÕES

PUBLICAÇÕES DA APRH

Revista Recursos Hídricos



Associados a colaborarem com a revista "Recursos Hídricos"

Na sequência de apelo feito aos nossos associados para colaborarem diretamente com a Comissão Editorial da revista, a CD da APRH ficou muito agradada pelo número de respostas recebidos. Brevemente daremos mais notícias sobre a forma de colaboração dos associados interessados. Muito obrigado a todos.

SEJA APOIANTE DA REVISTA RECURSOS HÍDRICOS

A revista "Recursos Hídricos" é uma publicação da Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos que é atualmente divulgada online gratuitamente no site da APRH. O primeiro número da revista foi editado em 1980 e desde então já foram editados mais de 100 números.

Este ano considerou-se oportuno iniciar um novo período da vida desta publicação com novo formato e novos conteúdos. Com este novo perfil, a "Recursos Hídricos" vai continuar a difundir desenvolvimentos científicos e técnicos recentes nesta área do conhecimento, mas também trabalhos de referência realizados pelas empresas e gabinetes de consultoria.

Queremos, ainda, que a revista "Recursos Hídricos" seja reconhecida como um meio prioritário para que a administração exponha a sua visão sobre possíveis alterações legislativas e institucionais. A disseminação das reflexões internas da APRH e as sínteses dos eventos que organizamos irão, sem dúvida, aproximar mais os nossos membros e motivar outros especialistas da área a aderir à mais antiga associação do sector e, por isso, fundadora e criadora de uma dinâmica de intervenção que tem sido essencial para atingirmos um nível de resposta aos problemas da água reconhecido internacionalmente como exemplar.

O apoio traduzir-se-á num valor monetário de 200 € e terá como contrapartida a inserção do logotipo da entidade apoiante, numa das páginas da revista e em todos os números publicados em cada ano (bianual). Para mais informações contacte o Secretariado da APRH através do e-mail aprh@aprh.pt.

Pode consultar a revista "Recursos Hídricos" em: http://www.aprh.pt/rh/

OUTRAS PUBLICAÇÕES

RECEBIDAS NA APRH

REVISTAS, JORNAIS E BOLETINS

Noticias internacionales
N.º 27 – abril de 2017
Editor: Oficina Internacional del Agua

Boletín Geológico Y Minero
Vol. 128, n.º 1 janeiro/março de 2017
Editor: Instituto Geológico Y Minero de España

Água e Saneamento em Portugal
2017
Editor:APDA

O Instalador
N.os 251/252/253 – março/abril/maio de 2017
Editor: O Instalador

TER
N.º 29 – janeiro/março de 2017
Editor: Grupo amar terra verde

LEGISLAÇÃO

Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2017 de 07 Junho.
Cria a Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca.
http://snirh.apambiente.pt/snirh/_divulgacao/legislacao/site/verlei.php?id=32079

Lei n.º 44/2017 de 19 Junho.
Estabelece o princípio da não privatização do setor da água, procedendo à quinta alteração à Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro.
http://snirh.apambiente.pt/snirh/_divulgacao/legislacao/site/verlei.php?id=32110

Para mais informações consultar: http://snirh.apambiente.pt/index.php?idMain=5&idItem=3